

BALANÇO PATRIMONIAL
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE	183.862	175.101
DISPONIBILIDADES (4)	70.584	79.343
BANDES - Depósitos de Livre Movimentação	70.584	79.343
Disponibilidades	63.006	72.183
Disponibilidades - SIF	7.578	7.160
REPASSES INTERFINANCEIROS (6)	83.183	80.033
Devedores por Repasses a Agentes Financeiros	83.183	80.033
BANDES	83.183	80.033
OPERAÇÕES DE CREDITO (7)	28.653	-
Operação Cessão de Crédito	28.653	-
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	1.442	15.725
Títulos de Renda Fixa	44.208.464	35.599.394
Debêntures da Carteira Própria	44.208.464	35.599.394
Debêntures Conversíveis em Ações - Normais	-	1.905
Debêntures Conversíveis em Ações - Em Atraso	20.464.635	16.055.767
Debêntures Não Conversíveis em Ações - Em Atraso - Lei 8.167/91	23.735.092	19.534.539
Debêntures Não Conversíveis em Ações - Em Atraso - MP 2.199/01	8.737	7.183
Títulos de Renda Variável	58.139	76.928
Ações da Carteira Própria	54.495	73.284
Cotas de Outros Fundos	3.644	3.644
(-) PROVISÃO PARA DESVALORIZAÇÃO DE TÍTULOS	(44.265.161)	(35.660.597)
(-) Títulos de Renda Fixa	(44.208.463)	(35.597.489)
(-) Títulos de Renda Variável	(56.698)	(63.108)
OUTROS CRÉDITOS	-	-
Rendas a Receber	10	10
Dividendos - Juros s/ Capital Próprio a receber	10	10
Ações da Carteira Própria	10	10
(-) Provisão para Rendas a Receber	(10)	(10)
(-) Dividendos - Juros s/ Capital Próprio a receber	(10)	(10)
(-) Ações da Carteira Própria	(10)	(10)
PERMANENTE	5.000	-
INVESTIMENTOS	5.000	-
Investimentos em Fundos de Desenvolvimento do ES	5.000	-
TOTAL DO ATIVO	188.862	175.101

PASSIVO	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE (10)	1.244	259
Outras Obrigações	1.244	259
PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES	798	723
Provisão de Ações Cíveis - FUNDES	798	723
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (11)	186.820	174.119
Recursos de Incentivos Fiscais	1.655	9.428
Cotistas	8.052	3.283
Cotas Emitidas	8.052	3.283
Resultados Acumulados	177.113	161.408
Resultados de Exercícios Anteriores	133.459	154.179
Resultado do Exercício	43.654	7.229
Lucro do Exercício	43.654	7.229
TOTAL DO PASSIVO	188.862	175.101

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

	2017	2016
RECEITAS OPERACIONAIS	14.826.903	10.899.580
Remuneração s/ Disponibilidades e Depósitos Vinc. à Subscrição (4)	5.711	7.462
Rendas de Títulos de Renda Fixa	8.650.589	10.888.288
Custos Básicos	5.360	6.376
Encargos Financeiros	299	1.032
Encargos sobre Atraso	8.644.930	10.880.880
Rendas de Títulos de Renda Variável	1.056	643
Ágio na Venda Direta de Títulos	835	-
Dividendos/Juros s/ Capital Próprio	176	596
Valorização da Carteira de Ações	45	47
Rendas de Operações de Repasse	3.778	2.419
BANDES	3.778	2.419
Reversão de Provisões	6.165.769	768
Títulos de Renda Fixa	6.157.589	-
Títulos de Renda Variável (5a)	8.180	766
Dividendos/Juros s/ Capital Próprio a Receber	-	2
DESPESAS OPERACIONAIS	(14.783.249)	(10.892.351)
Despesas de Títulos de Renda Variável	(7.219)	(2.560)
Desvalorização da Carteira de Ações	(7.219)	(2.560)
Taxa de Administração da Carteira	(5.305)	(834)
Despesas Administrativas	(285)	(137)
Despesas de Provisões	(14.770.408)	(10.888.815)
Títulos de Renda Fixa (5b)	(14.768.564)	(10.888.087)
Títulos de Renda Variável (5a)	(1.769)	(5)
Provisão Desp. c/ Processos Judiciais	(75)	(723)
Outras Despesas	(32)	(5)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	43.654	7.229

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Eventos	Recursos de Incentivos Fiscais	Cotas Emitidas	Resultados Acumulados	TOTAL
SALDOS EM 31/12/2015	9.428	3.283	154.185	166.896
- Resultado Cotas SIF	-	-	(6)	(6)
- Resultado do Exercício	-	-	7.229	7.229
SALDOS EM 31/12/2016	9.428	3.283	161.408	174.119
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO 2016	-	-	7.223	7.223
SALDOS EM 31/12/2016	9.428	3.283	161.408	174.119
- Ingressos de Recursos	(7.773)	7.773	-	-
- Renegociação Debêntures/Ações	-	(3.004)	-	(3.004)
- Variação na Conversão Quotas	-	-	(27.916)	(27.916)
- Resultado Cotas SIF	-	-	(33)	(33)
- Resultado do Exercício	-	-	43.654	43.654
SALDOS EM 31/12/2017	1.655	8.052	177.113	186.820
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO 2017	(7.773)	4.769	15.705	12.701

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	2017	2016
SALDO ANTERIOR	15.725	17.273
DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS EM AÇÕES - NORMAIS (Carteira Própria)	(1.905)	202
(+) Custos Básicos/Encargos Financeiros	1.915.128	202
(+) Conversão de Debêntures em Ações	(2.014)	-
(-) Renegociação de Debêntures	(24.324)	-
(-) Dispensa de encargos	(1.890.695)	-
DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS EM AÇÕES - EM ATRASO (Cart. própria)	4.408.868	4.903.102
(+) Custos Básicos/Encargos Financeiros e sobre Atraso	4.735.594	4.903.102
(-) Resgate de Debêntures	(870)	-
(-) Dispensa de Encargos	(325.856)	-
DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES - NORMAIS (Cart. própria)	-	-
(+) Custos Básicos/Encargos Financeiros	4.094.323	-
(-) Renegociação de Debêntures - MP 2.199/01	(14.312)	-
(-) Dispensa de Encargos	(4.080.011)	-
DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES-EM ATRASO (Cart. própria)	4.202.106	5.984.985
(+) Custos Básicos/Encargos Financeiros e sobre Atraso	4.202.106	5.984.985
AÇÕES DA CARTEIRA PRÓPRIA	(18.789)	(2.513)
(+) Conversão de Debêntures	2.014	-
(+) Valorização da Carteira de Ações	45	47
(-) Resgate da Instrução CVM nº 265/97	(13.629)	-
(-) Desvalorização da Carteira de Ações	(7.219)	(2.560)
PROVISÃO PARA DESVALORIZAÇÃO DE TÍTULOS	(8.604.564)	(10.887.324)
Títulos de Renda Fixa:	(8.610.975)	(10.888.087)
(-) Constituição	(14.768.564)	(10.888.087)
(+) Reversão	6.157.589	-
Títulos de Renda Variável:	6.411	763
(-) Constituição	(1.769)	(5)
(+) Reversão	8.180	768
SALDO FINAL	1.441	15.725

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

	2017	2016
SALDO ANTERIOR	79.363	99.718
ENTRADAS NO PERÍODO (A)	52.618	19.997
Remuneração s/Disponibilidades e Depósitos Vinc. à Subscrição	5.711	7.460
Repasse/Encargos Financeiros	22.697	11.942
Dividendos	176	595
Resgate de Ações	19	-
Resgate/Renegociação de debêntures	24.015	-
SAÍDAS NO PERÍODO (B)	(61.397)	(40.352)
Ordens de Liberação Emitidas - Repasse	(22.056)	(39.394)
Operação Cessão de Créditos	(28.687)	-
Investimentos em outros Fundos	(5.000)	-
Taxa de Administração de Carteira	(5.306)	(834)
Resgate de Cotas - SIF	(64)	(10)
Outras Despesas	(284)	(114)
AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES (A-B)	(8.779)	(20.355)
SALDO FINAL	70.584	79.363

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

1. Contexto Operacional

O FUNDES – Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo foi instituído pela Lei 9.968 de 27 de dezembro de 2012 para recepcionar os recursos do FUNRES – Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo, encerrado em 14 de outubro de 2014, por meio da Portaria nº 363 do Ministério da Integração Nacional.

Em 07 de agosto de 2014, o Fundo teve novo ordenamento jurídico, com a edição da Lei 10.262. O patrimônio do FUNDES é operacionalizado e gerido pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. – BANDES.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em conformidade com as normas legais e regulamentares estabelecidas para o Fundo, e com práticas contábeis adotadas no Brasil, não sendo requerida a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado.

Em função de recente instituição do FUNDES, e enquanto não sobrevém legislação específica para suas operações, as práticas contábeis: provisão para desvalorização de títulos de renda fixa e variável, avaliação da carteira de títulos e apropriação das rendas de debêntures, continuam fundamentadas na legislação aplicada ao extinto FUNRES.

3. Principais Práticas Contábeis Adotadas

a. Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência, exceto as receitas originadas das operações de créditos adquiridas, que por se tratarem de créditos contingentes, referindo-se a créditos com qualidade deteriorada e, portanto, baixados para prejuízo, são apropriadas ao resultado quando do seu efetivo recebimento. (nota 7)

b. Direitos

Constituídos por repasses interfinanceiros operações de créditos e debêntures. Estão demonstrados pelos valores de realização, com apropriação dos rendimentos em base *pro-rata-die* até o encerramento do balanço.

c. Participação em Ações

As participações em ações estão registradas pelo custo histórico e reduzidas por provisões para perdas, combinadas com as seguintes prescrições:

- Os dividendos das participações acionárias quando declarados e aprovados em assembleia geral de acionistas são contabilizados na rubrica "Rendas de Títulos de Renda Variável";
- As variações patrimoniais da carteira de ações são contabilizadas nas rubricas "Valorização da Carteira de Ações" (se positivas), e "Desvalorização da Carteira de Ações" (se negativas);
- A provisão para desvalorização da carteira é contabilizada nas contas de Resultado do Exercício.

d. Provisão para Desvalorização de Títulos de Renda Variável

A provisão para desvalorização da carteira de ações é realizada com base em critérios diferenciados de pontuação, considerando-se fatores determinantes do risco de cada empreendimento, porte e performance do setor de atuação, características da estrutura administrativo-organizacional, níveis de operação relativos à capacidade instalada, e também, no critério estabelecido na Portaria nº 118, de 29 de maio de 2001, do Ministério da Integração Nacional, que determina a constituição de provisão no percentual de 100% (cem por cento) do valor contábil das ações, para as empresas que não remeterem as demonstrações contábeis do exercício social até o dia 31 de dezembro do exercício imediatamente posterior.

e. Provisão para Desvalorização de Títulos de Renda Fixa

A provisão para perdas com debêntures é constituída de acordo com os seguintes critérios: 100% das parcelas vencidas para as debêntures com prazo de inadimplemento a partir de 60 dias, conforme estabelecido na Portaria nº 118, de 29 de maio de 2001, do Ministério da Integração Nacional e 100% do valor das parcelas vencidas e vincendas para as debêntures em cobrança judicial e daquelas cujos projetos estejam paralisados ou inacabados.

f. A moeda funcional utilizada pelo FUNDES é o Real, mesma moeda de apresentação destas demonstrações contábeis, nas quais os valores expressos estão em milhares de reais.

g. Estas Demonstrações Contábeis foram autorizadas para emissão em 15 de março de 2018 pela Administração (Fundamento: Decreto nº 3669-R de 16/10/2014 – Regulamento FUNDES, Artigo 10, Inciso XI).

4. Disponibilidades no Banco Operador

As disponibilidades R\$ 70.584 (R\$ 79.343 em 2016) são remuneradas conforme art. 4º da Lei 10.262 de 08 de agosto de 2014 mediante aplicação taxa idêntica a adotada na rede de taxa de

poupança. No exercício de 2017, a remuneração auferida sobre os recursos disponíveis totalizou R\$ 5.711 (R\$ 7.462 em 2016).

5. Carteira de Títulos

a. Ações

Referem-se às participações societárias oriundas da subscrição e integralização de ações e da conversão de debêntures. A avaliação dos títulos é efetuada periodicamente com base nas disposições contidas no art. 7º da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, com redação dada pela Lei nº 9.808, de 20 de julho de 1999, Decreto nº 101, de 17 de abril de 1991, Resolução nº 1.660 de 20 de outubro de 1989, do Banco Central do Brasil e Portaria nº 118 de 29 de maio de 2001, do Ministério da Integração Nacional.

Para efeito de avaliação, as ações serão computadas pela cotação média do último dia de negociação, na hipótese de ações cotadas em Bolsa, ou pelo valor

patrimonial, com base no balanço da empresa do último exercício.

A provisão para desvalorização constituída no exercício de 2017 no valor de R\$ 1.769 (R\$ 5 em 2016) e a reversão de provisão no valor de R\$ 8.180 (R\$ 766 em 2016) foram contabilizadas em contas de Resultado do Exercício (Despesas de Provisões e Reversão de Provisões).

b. Debêntures

A remuneração das debêntures é efetuada com base nos índices contratuais (especificamente a TJLP), acrescidos de juros de 4% ao ano, apropriados mensalmente em base *pro-rata-die*, a crédito de contas de resultado, sob o título "Rendas de Títulos de Renda Fixa". Para as debêntures provenientes de processos de renegociação efetuados com base na Medida Provisória nº 2.199 de 24 de agosto de 2001, e alterações posteriores, a remuneração é de 9,5% (nove vírgula cinco por cento) ao ano. Essa remuneração é condizente com os encargos financeiros dos Fundos Constitucionais de Financiamento exigidos para empreendimentos de médio porte.

As debêntures conversíveis em ações podem ser convertidas após a emissão do Certificado de Empreendimento Implantado, e publicado no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo. As debêntures não conversíveis têm prazo médio total de sete anos para pagamento.

Atendendo à Medida Provisória nº 2.199/2001, e alterações posteriores, é utilizada somente a modalidade de subscrição de debêntures conversíveis em ações. A conversão deve efetivar-se integralmente no prazo de um ano a contar da data de emissão do Certificado de Empreendimento Implantado.

A provisão para desvalorização constituída até dezembro de 2017 foi de R\$ 14.768.564 (R\$ 10.888.087 em 2016).

6. Repasses Interfinanceiros

a. Financiamentos

Representam os valores repassados ao agente financeiro Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. – BANDES.

REPASSES FINANCEIROS	Saldo das Operações		% de Representatividade	
	2017	2016	2017	2016
FUNRES/FLORESTAL	36	58	0,04	0,07
FUNRES - SETOR URBANO II	-	29	-	0,04
FUNRES / TURISMO	730	1.088	0,88	1,36
FUNRES / SAÚDE	57	106	0,07	0,13
FUNRES / INOVAÇÃO	43	89	0,05	0,11
FUNRES / MÉDIA EMPRESA COMPETITIVA	7.515	9.478	9,03	11,84
FUNRES / FOMENTO RURAL	15.659	18.335	18,82	22,91
FUNDES/CRÉDITO FÁCIL GIRO EXCLUSIVO	237	675	0,28	0,84
FUNDES/CRÉDITO FÁCIL INVESTIMENTO FIXO E MISTO	875	2.383	1,06	2,98
FUNDES IMI I	-	76	-	0,09
FUNDES IMI II	2.735	3.310	3,29	4,14
FUNDES IMI III	13.910	19.571	16,72	24,45
FUNDES/IFM	24.709	11.446	29,70	14,30
FUNDES/TURISMO	3.840	2.274	4,62	2,84
FUNDES/ECONOMIA VERDE	2.538	1.604	3,05	2,00
FUNDES ECONOMIA CRIATIVA LP	306	90	0,37	0,11
FUNDES/MICROCREDITO IFM	1.124	1.343	1,35	1,68
FUNDES/MICROCREDITO IMI I	-	4	-	0,01
FUNDES/MICROCREDITO IMI II	824	1.690	0,99	2,11
FUNDES/MICROCREDITO IMI III	3.773	4.959	4,54	6,20
FUNDES / INOVAÇÃO	120	307	0,15	0,38
FUNDES/ECONOMIA VERDE - RISCO "C"	77	81	0,09	0,10
FUNDES/ INVESTIMENTO FIXO E MISTO - RISCO "C"	1.628	502	1,96	0,64
FUNDES/TURISMO - RISCO "C"	1.491	535	1,79	0,67
FUNDES/IFM- TAXA VARIÁVEL	82	-	0,10	-
FUNDES/ INVESTIMENTO FIXO E MISTO - BONUS	874	-	1,05	-
TOTAL	83.183	80.033	100,00	100,00

As apropriações dos encargos mensais são contabilizadas a crédito de "Rendas de Operações de Repasse".

O Fundo não constituiu provisão para perdas em "Financiamentos", devido à inexistência de atrasos nos pagamentos e ao baixo risco de crédito do agente financeiro.

7. Créditos Adquiridos

Correspondem a operações de créditos adquiridas do BANDES, nos termos da Lei estadual nº 10.764/17, que alterou a Lei estadual nº 10.262/14 e deliberação do Conselho de Gestor do FUNDES, em reunião datada de 06/09/2017, no total de R\$ 28.687 mil. A cessão é regida subsidiariamente pelos artigos 286 a 298 do Código Civil Brasileiro e Resolução CMN/BACEN nº 2.836/01. Do total de créditos adquiridos, R\$ 34 mil foram recebidos, restando saldo em carteira de R\$ 28.653 mil.

8. Remuneração do Banco Operador

A Remuneração foi calculada até março de 2017 de acordo com o art. 11. do Decreto 3669-R de 16 de outubro de 2014 que define a remuneração do BANDES, pelo desempenho de suas funções em 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao ano sobre o patrimônio líquido do Fundo, apurado em 31 de dezembro do exercício anterior, podendo ser debitado em parcelas mensais. A partir de março de 2017 a remuneração passou para 4% ao ano calculado sobre o patrimônio líquido do fundo conforme art. 8º do Decreto 4092-R.

9. Relações com o Banco Operador

	Ativos e (Passivos)		Receitas e (Despesas)	
	2017	2016	2017	2016
Disponibilidades no Banco Operador	70.584	79.343		
Taxa de administração da carteira			(5.305)	(834)
Rendas sobre Disponibilidades de Recursos			5.711	7.462

10. Passivo Circulante

Corresponde aos recursos pertencentes às empresas incentivadas oriundos de devolução de taxa de análise conforme determinado no Acórdão nº. 2.236/2006 do Tribunal de Contas da União.

11. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido R\$ 186.820 (R\$ 174.119 em 2016) é constituído dos grupos e subgrupos: recursos de incentivos fiscais, cotistas, resultados acumulados, resultados de exercícios anteriores e resultado do exercício.

AROLD NATAL SILVA FILHO
Diretor-Presidente

EVERALDO COLODETTI
Diretor de Crédito e Fomento

DENISE DE MOURA CADETE GAZZINELLI CRUZ
Diretora de Administração e Finanças

VALDIR DOS SANTOS
Contador CRC/ES 13.555/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores do FUNDES - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO (Instituído pela Lei Estadual nº 10.262/2014 e Operado pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A. - BANDES).

Vitória - ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do FUNDES - Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FUNDES - Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos na nossa auditoria do exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Debêntures da Carteira Própria

Os ativos registrados nesse grupo contábil são investimentos oriundos do Fundo denominado FUNRES, extinto pela Medida Provisória Nº 628 em 28 de novembro de 2013.

Com a criação, por meio da Lei 10.262 de 7 de agosto de 2014, o FUNDES assumiu todo o Ativo e Passivo do FUNRES. Os ativos registrados estão 99,96% provisionados conforme Nota Explicativa 3.e, restando sem provisão o investimento no próprio BANDES.

Cessão de crédito da carteira rural

Tratam-se de créditos adquiridos da carteira do BANDES, em conformidade com o art. 9º da Lei 10.764 de novembro de 2017, no montante de R\$ 28.653 mil, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 7.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive sobre eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 15 de março de 2018.

MACIEL AUDITORES S/S
2CRC RS 5.460/O-0 - T - SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
1CRC RS - 71.505/O-3 - "T" - SP
Responsável Técnico

LUCIANO GOMES DOS SANTOS
1CRC RS - 059.628/O-2 - S - SP
Responsável Técnico